
VISIBILIDADE E ACESSO ÀS PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS NO PORTAL DO LIVRO ABERTO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

*Visibility and access to government Brazilian publications on the Open Book Portal on Science,
Technology and Innovation*

**Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares (1), Luciana dos Santos Nahuz (2), Danielly dos
Santos Ribeiro (3)**

Universidade de Brasília, Brasil, lillianalvares@unb.br. (2) Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia, Brasil, lnahuz@gmail.com. (3) dany.s.ribeiro@gmail.com



Resumo

A pesquisa tem como objetivo apresentar o Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação como plataforma para promover a visibilidade das publicações oficiais, sobretudo da ciência brasileira e verificar como os institutos de pesquisa vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por meio de suas respectivas unidades de informação, estão alinhados com a iniciativa. A metodologia selecionada foi a pesquisa descritiva a fim de caracterizar os repositórios institucionais das dezesseis instituições participantes da Rede de Bibliotecas dos Institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (RBP), público-alvo do estudo. Os resultados apontam que existem muitos desafios para consolidar o Portal como uma plataforma de referência na área, entre eles fortalecer a parceria entre o Ibict e a RBP para o depósito de suas publicações oficiais de forma contínua. A pesquisa conclui que as publicações oficiais brasileiras nascem e morrem desconhecidas do grande público, como disse Gilberto Freyre em 1951. Sete décadas depois, com toda tecnologia disponível, a falta de visibilidade desse tipo de produção permanece, incluindo os conteúdos relacionados ao segmento científico e tecnológico nacional.

Palavras-chave: Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação (PLACT&I); Publicações oficiais; Repositórios digitais; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Abstract

The research aims to present the Open Book Portal on Science, Technology and Innovation as a platform to promote the visibility of official publications, especially on brazilian science and to verify how research institutes linked to the Ministry of Science, Technology and Innovations, through of their respective information units, are aligned with the initiative. The selected methodology was descriptive research in

order to characterize the institutional repositories of the sixteen institutions participating in the Library Network of the Research Institutes of the Ministry of Science, Technology and Innovation (RBP), the target audience of the study. The results indicate that there are many challenges to consolidate the Portal as a reference platform in the area, among them to strengthen the partnership between Ibict and RBP for the deposit of its official publications on a continuous basis. The research concludes that the Government Brazilian publications are born and die unknown to the general public, as said by Gilberto Freyre in 1951. Seven decades later, with all available technology, the lack of visibility of this type of production remains, including the contents related to the scientific and national technological development.

Keywords: Open Book Portal on Science, Technology and Innovation (PLACT&I); Government publications; Digital repositories; Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict)

1 Introdução

Publicações oficiais são obras produzidas por órgãos da Administração Pública indispensáveis à divulgação, memória, organização e transparência dos documentos governamentais. No entanto, a visibilidade dessas publicações é baixa, pouco são vistas pela comunidade científica e pela sociedade em geral. Grande parte delas termina em recônditas estantes de gabinetes, mesas de recepção ou doadas em eventos. Em algumas políticas institucionais, um exemplar ou mais são enviados para a biblioteca, garantindo a permanência dessas informações e a manutenção da história da instituição publicadora.

Considerando a importância do acesso a estas obras, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), criou o Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação (PLACT&I), de acesso livre, com depósito direto pelas instituições produtoras, voltado sobretudo à captação da produção da rede de instituições vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) (1) e outras congêneres vinculadas a órgãos do poder executivo federal, como por exemplo Embrapa (vinculada ao Ministério da Agricultura) e a Fiocruz (vinculada ao Ministério da Saúde), dentre tantos outros.

O objetivo deste estudo é apresentar o PLACT&I (i) como plataforma que proporciona o acesso e promove visibilidade das publicações oficiais em ciência tecnologia e inovação e (ii) verificar como os institutos de pesquisa vinculados ao MCTI, especificamente aqueles que são membros da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI (RBP), estão alinhados com a iniciativa.

Das 27 instituições que compõem a Rede MCTI, as 16 seguintes compõem a RBP: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg), Observatório Nacional (ON) e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

A pesquisa descritiva foi a metodologia selecionada para caracterizar os repositórios institucionais da RBP, cujos resultados trazem o perfil das unidades de pesquisa em relação a esse tipo de sistema de informação. Considerando que o PLACT&I é um repositório digital, o Ibict poderá vislumbrar uma estratégia de coleta e armazenamento de publicações oficiais da RBP no Portal, aumentando o povoamento do repositório e levantando a perspectiva de torná-lo portal agregador, que dispensa a entrada de dados manual.

Os resultados indicam que as publicações oficiais brasileiras em ciência e tecnologia, produzida majoritariamente pela Rede MCTI, poderiam alcançar maior visibilidade com adesão plena da RBP ao PLACT&I. No entanto, a participação dos institutos de pesquisa vinculados ao MCTI é ainda muito discreta.

2 Publicações Oficiais

O eminente escritor Gilberto Freyre manifestou no início da década de 1950 que as publicações oficiais brasileiras nasciam e morriam desconhecidas do grande público (2) (Freyre 1951). Sua preocupação com o livro oficial foi também objeto de preocupação de Edson Nery da Fonseca, ao expressar que “Não existe, infelizmente, um registro de todos os livros publicados por repartições do Govêrno” (Fonseca 1961 s/p). Rocha (1974 p. 3) traz as palavras de Rubens Borba de Moraes sobre a desorganização bibliográfica no Brasil acerca dessa tipologia, “uma publicação

clandestina como quase tudo que imprimem os governos estaduais e municipais e muitas universidades [...] é mais difícil do que comprar um incunábulo raro [...]

Algumas iniciativas isoladas para solução do problema podem ser rastreadas desde o século XIX, quando o bibliógrafo Alfredo do Valle Cabral publicou os Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808-1831 com a descrição das obras publicadas pelo Departamento de Imprensa Nacional ou quando o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) publicou o catálogo completo de suas edições (Rocha 1974).

Nesse cenário persistente, desde 1975 especialistas da arquivologia, biblioteconomia, editoração, administração e história, entre outros, reúnem-se no Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB) para discutir como aperfeiçoar o controle bibliográfico dos documentos técnicos, administrativos e científicos gerados no âmbito do serviço público federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Em sua sétima edição, em 1990, o evento teve como resultado a conceituação brasileira de publicações oficiais, a partir da análise de seis atributos obtidos das várias definições identificadas, ainda válidos, que devem caracterizar a publicação oficial: (i) suporte, (ii) finalidade, (iii) público a que se destina, (iv) organização governamental produtora e sua participação, (v) apresentação e (vi) atividade intrínseca do órgão:

Publicações governamentais são documentos bibliográficos e não bibliográficos, produzidos por qualquer processo, editados sob a responsabilidade, a expensas, por ordem ou com a participação dos órgãos da administração pública, ou de entidades por ela controladas, com o objetivo de registrar a atuação do Estado e de informar ou orientar a opinião pública sobre a mesma (Alvarenga 1993 p. 224).

No mesmo ano do evento, a Comissão de Estudo de Publicações Oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (CEPO/ABNT) publicou a norma NBR13031/1993 ‘Apresentação de Publicações Oficiais’ (em substituição a NB 1153 de 1988) como tentativa de resposta ao que muitos profissionais da informação alertavam, sobre a desorganização bibliográfica desse tipo de obra (ABNT 1993). A norma, no entanto, foi cancelada em 2005 e na prática substituída pelo Guia para Editoração de Publicações Oficiais Brasileiras da Presidência da República de 2010. Segundo o Guia, publicação oficial é:

[...] todo e qualquer documento impresso, sonoro ou visual, armazenado eletronicamente ou por qualquer outro meio, produzido e editado por qualquer processo gráfico ou eletrônico, convencional ou não, sob a responsabilidade, às

expensas, por ordem ou com a participação dos órgãos da administração pública, direta, indireta, autárquica ou fundacional, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis federal, estadual, municipal e distrital, refletindo a opinião oficial ou a vontade e as atividades do governo. (Brasil 2010 p. 59).

O Guia destaca que publicações oficiais tem a finalidade de zelar, recolher, organizar, guardar, preservar e divulgar as publicações editadas pelas instituições que fazem parte da administração pública brasileira e são importantes para avaliação do passado, como preservação da memória nacional, para acompanhar a execução de metas, como geração de novos conhecimentos a partir da vivência de experiências documentadas, como auxílio em Planos e Programas do Governo que são distribuídos para indivíduos e organizações (Brasil 2010).

As publicações oficiais têm características que as diferenciam de outras publicações, como por exemplo, não recebem numeração padronizada do International Standard Serial Number (ISSN) ou do International Standard Book Number (ISBN), não são objeto de depósito legal, não são disponibilizadas em esquemas comerciais de venda e precisam exibir as armas nacionais (brasão), o logotipo, a logomarca ou símbolo e as autoridades responsáveis.

Uma publicação oficial pode ter periodicidade definida como revistas, boletins, e anuários ou não, como livros, folhetos, relatório de gestão e relatório técnico-científico. Em relação aos relatórios oriundos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, eles devem seguir os padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que dizem respeito à apresentação, elaboração de referências bibliográficas, citações, sumários, resumos, numeração, ordenação alfabética, títulos e legislação de direitos autorais.

Elas são produzidas há muitas décadas no Brasil, em todos os níveis e setores governamentais, em formato impresso e eletrônico, mas não são controladas por editores científicos ou comerciais. A produção destas publicações demanda tempo de pesquisa, investimento público e trazem conteúdos relevantes para tomadas de decisões. São fontes de informações que precisam ser mais visíveis pelo Governo e pela Sociedade.

A Constituição Federal aborda o tema, no seu parágrafo 1º do inciso V do artigo 216, que determina que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” e o parágrafo 2º do mesmo

inciso estabelece: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (Brasil 1988).

As publicações oficiais estão inseridas em dois tipos de grupos, conforme mencionado no Guia de Editoração das Publicações Oficiais da Presidência da República (2010 p. 61). O primeiro diz respeito aos atos normativos e legais do Estado brasileiro. São as leis, decretos, medidas provisórias, resoluções, portarias, regulamentos, tratados, contratos, convênios, acordos, estatutos, regimentos, instruções normativas, ordens de serviço, decisões, despachos decisórios, atestados, certidões, ofícios, cartas, memorandos, mensagens, editais, exposições de motivos, telegramas, convites oficiais, circulares, alvarás (Brasil 2010).

O segundo grupo consiste na literatura técnico-científica e de gestão das organizações públicas. Aqui estão as publicações não periódicas (como livros e folhetos, manuais, anais de congressos, bibliografias, catálogos, cartazes, relatórios e planos diretores, súmulas, jurisprudência e julgados), publicações em série, publicações periódicas e outras publicações institucionais similares. Os relatórios científico-tecnológico, em particular, representam o produto parcial ou final do trabalho do pesquisador, do técnico ou de uma equipe e segue os padrões científicos, como as teses e dissertações.

Em ambos os casos, cabe destacar o atual protagonismo dos suportes e plataformas tecnológicas, que permitem o acesso rápido e transparente à informação governamental. As publicações oficiais disponibilizadas em sítios eletrônicos, seguem normalizações e protocolos exarados por órgãos da administração pública e a orientação tecnológica é de responsabilidade do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, cuja Secretaria Executiva é a de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil 2010).

O histórico do controle bibliográfico das publicações oficiais brasileiras tem início em 1940, o Decreto nº 2.130, determinava que todas as publicações oficiais brasileiras fossem registradas em um Boletim Bibliográfico. Nessa mesma década, por meio do Decreto nº 84.679 de 1946, a Seção de Publicações Oficiais é criada, destinada a manter o acervo de publicações oficiais do Brasil e do exterior. Nos anos seguintes, o serviço ficou restringido às obras nacionais.

A cooperação para o controle das publicações oficiais só surgiu em meados dos anos 1970 na implementação do Sistema Nacional de Informação (NATIS), após a Conferência Intergovernamental sobre Planejamento de Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos que aconteceu em 1974, em Paris, que fez inúmeras recomendações aos 83 países membros da Unesco (Santos et al. 2013).

Para atingir as recomendações da Conferência foi organizado o I Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, realizado em Brasília, no ano de 1975, junto ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Neste evento foi criada a Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras (CPOB), sob a responsabilidade da ABDF (ABDF 1987), com prerrogativa para que as recomendações do Seminário que a originou fossem cumpridas.

A primeira reunião teve como pauta principal o controle das publicações oficiais, sobre as ações que seriam tomadas. Destas ações, destacam-se duas das quais a Câmara dos Deputados ficou responsável: a designação de que a coleta das publicações oficiais ficasse a cargo do Centro de Documentação e Informação (Cedi) do referido órgão e a organização de um catálogo bibliográfico das publicações da Administração Pública Federal (Santos et al. 2013).

Desse modo, entre 1975 e 1987 foram editados pela Câmara dos Deputados, os cinco volumes da Bibliografia de Publicações Oficiais Brasileiras, sendo o seu sétimo volume publicado em 1990. Essa bibliografia citava diversas fontes de informação coletadas pelas instituições participantes da CPOB (Santos et al. 2013; Vergueiro 2000).

Segundo Santos et al. (2013 p. 5), em 2012, a ABDF organizou em Brasília, o 3º Seminário de Documentação e Informação Jurídicas. Neste evento, bibliotecários da Câmara dos Deputados apresentaram artigo elencando uma série de diretrizes para a retomada de um catálogo bibliográfico de publicações oficiais brasileiras. Os autores enfatizaram que essa proposta teve continuidade em março de 2013, durante um seminário organizado pela Câmara dos Deputados sobre a questão das publicações oficiais, no qual foi apresentado o Portal do Livro Aberto em Ciência Tecnologia e Inovação, iniciativa do IbiCT para reunir as publicações oficiais brasileiras nas áreas de CT&I.

3 O Portal do Livro Aberto em Ciência Tecnologia e Inovação (PLACT&I)

O lançamento da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015 (Brasil 2012) apontou para o Ibict a oportunidade de retomar ações voltadas à organização e disseminação de publicações oficiais brasileiras em ambiente digital. O Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação (3), também conhecido como Portal do Livro Aberto ou pelo acrônimo PLACT&I (e nesse artigo simplesmente como Portal) é uma plataforma tecnológica que tem por objetivo coletar, reunir, disseminar e preservar as publicações oficiais brasileiras em ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para o controle, visibilidade, acesso e uso desta tipologia de publicação oficial brasileira. O Portal garante os direitos de autoria e visa reunir as publicações oficiais no Brasil, proporcionando acesso e transparência a todos os cidadãos, em coerência com os preceitos do Manifesto de Acesso Aberto à Informação Científica.

Em sua origem, o PLACT&I foi desenvolvido para disponibilizar os livros didáticos voltados para o ensino médio e superior, mas a questão dos direitos autorais não permitiu levar o projeto adiante. Por outro lado, havia a demanda por uma plataforma digital e com acesso aberto para organizar e disponibilizar as publicações oficiais editadas pelos órgãos do Poder Executivo e Legislativo Federal (IBICT 2019).

A implementação do projeto começou com estudo sobre o estado da arte do controle bibliográfico e disseminação de publicações oficiais, com ênfase em CT&I, no Brasil, seguido do detalhamento do escopo do Portal. Nessa etapa, o próprio Ibict deu entrada nos dados a partir da identificação e seleção de fontes com base na ENCTI 2012-2015, elaboração dos instrumentos técnicos (gestão e direitos autorais), mapeamento e seleção das obras (sítios, catálogos e bibliotecas) e a entrada de dados. Cabe resgatar que muitas publicações impressas que estavam há muito tempo esgotados foram disponibilizadas em decorrência do investimento do Ibict em infraestrutura de digitalização.

Os critérios adotados no processo de seleção das obras foram: enquadramento como publicação oficial, escopo temático da ENCTI 2012-2015, obras digitais já divulgadas e com autorização para reprodução, obras com licença Creative Commons e obras publicadas pelo MCTI e suas Unidades de Pesquisa (IBICT 2019).

Os tipos de documentos inseridos no PLACT&I foram: bibliografia comentada, documento conclusivo de evento oficial, documento de gestão, documento de governo (política, planejamento estratégico, plano), documento de referência, ensaio, estudo comparativo, estudo diagnóstico, manual e cartilha, relatório de gestão, relatório de acompanhamento, relatório de pesquisa, relatório técnico e texto para discussão.

Na base de seu funcionamento, está o Institutional Digital Repository System, mais conhecido como DSpace, é um projeto colaborativo da Massachusetts Institute of Technology Libraries (MIT Libraries) e a Hewlett-Packard Company (HP). É um software de código-fonte aberto voltado para a construção e o gerenciamento de repositórios digitais. É amplamente utilizado por instituições nacionais e internacionais, pois apesar de ser uma ferramenta simples dispõe de muitos recursos, conforme apresentado no Manual (IBICT 2016).

Dentre várias opções, ele foi escolhido para ser a base tecnológica do PLACT&I, pois o desenvolvimento da versão brasileira do DSpace, em 2004, consolidou mais uma ação do pioneirismo do IbiCT no desenvolvimento de ferramentas para tratamento e disseminação de informações técnico-científicas na Web (IBICT 2019). De acordo com o IBICT (2021 s/p),

A estrutura informacional do DSpace, pelo qual o acervo do repositório é disponibilizado, é hierárquico, composto por comunidades, coleções e Itens. Essa estrutura não apenas permite a organização de acervo, mas também, facilita a recuperação dos objetos digitais depositados. Assim, fornecendo uma estrutura que, apesar de rígida, é muito própria para manter os objetos digitais de forma fácil de construir e manter.

Especificamente, “comunidades e subcomunidades são estruturas informacionais que representam a organização do repositório. As comunidades são as estruturas de mais alto nível e podem conter vários níveis de subcomunidades” (IBICT 2021 s/p). Assim, a navegação no Portal do Livro Aberto ocorre a partir de três comunidades e suas subcomunidades, definidas a partir dos eixos temáticos da ENCTI de 2012-2015. Este artigo traz a Comunidade em CT&I, e suas Subcomunidades: Aeroespacial, Biodiversidade, Biotecnologia, Complexo Industrial da Defesa, Energia, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde, Gestão da Informação em C&T, Inclusão Produtiva e Tecnologia Social, Mudanças Climáticas, Nanotecnologia, Nuclear, Oceanos e Zonas Costeiras, Petróleo e Gás, Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências, Tecnologia da Informação e Comunicação, Tecnologias Assistivas, Tecnologias para Cidades Sustentáveis.

O MCTI revisou e atualizou a ENCTI para o período de 2016-2022, que foi validada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) em dezembro de 2016 (Brasil 2017). Os temas estratégicos atuais foram selecionados tendo como base o Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (SNTCI) para o desenvolvimento, autonomia e soberania nacional, pois foram considerados desafios, oportunidades e vantagens nacionais (ENCTI 2016-2022, p. 86).

Para melhor entendimento e visualização da abrangência dos novos temas estratégicos em comparação com os anteriores, elaborou-se o quadro a seguir onde foram elencados de um lado os temas da ENCTI 2012-2015 e do outro da ENCTI 2016-2022.

Quadro 1 – Comparação dos temas estratégicos da ENCT 2012-2015 e ENCT 2016-2022

Áreas 2012-2015	Áreas 2016-2022
Aeroespacial	Aeroespacial e Defesa
Biodiversidade	Água
Biotecnologia	Alimentos
Complexo Industrial da Defesa	Biomassas e Bioeconomia
Energia renovável	Ciências e Tecnologias Sociais
Fármacos e Complexo Industrial da Saúde	Clima
Inclusão produtiva e social	Economia e Sociedade
Mudanças climáticas	Energia
Nanotecnologia	Minerais Estratégicos
Nuclear	Nuclear
Oceanos e zonas costeiras	Saúde
Petróleo e Gás	Tecnologias Convergentes e Habilitadoras
Popularização da CT&I e melhoria do ensino de ciências	
Tecnologias para cidades sustentáveis	

Fonte: Adaptado de Brasil (2012) e Brasil (2017)

Uma análise comparada das Subcomunidades de CT&I e as duas propostas de ENCTI mostra a presença da Subcomunidade de Gestão da Informação em C&T, que não está em nenhuma das Estratégias. Sua criação foi em decorrência do projeto piloto do Portal, que teve início em 2012, pela área de Ciência da Informação, com as seguintes etapas: identificação de obras publicadas pelo Ict com relevância histórica, com dificuldades de acesso e de maior demanda;

Alvares, Lillian, et al. "Visibilidade e acesso às publicações oficiais brasileiras no Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação". *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02116, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02116

solicitação de autorização aos autores para publicação eletrônica; definição dos metadados necessários a representação adequada dos documentos; instalação do DSpace, entrada de dados e dos arquivos digitalizados (IBICT 2019). Além dessa Subcomunidade, as outras duas comunidades disponíveis no Portal são de Ciência da Informação e Publicações do Ibict.

Finalmente, o depósito das publicações oficiais no Portal do Livro Aberto é o núcleo dinâmico da iniciativa. Depende fundamentalmente da participação e colaboração das instituições autoras e no momento não tem perspectiva e nem está organizado para ser um portal agregador de conteúdo, que dispensa a alimentação manual das informações no repositório.

Costa (2011 p.2) esclarece que a etapa do depósito exige a “criação de metadados sobre determinado arquivo e o carregamento do arquivo no sistema, relacionando-o aos metadados”. Para a National Information Standard Organization (NISO 2014), metadados são dados estruturados que descrevem, localizam e assim facilitam a recuperação, o uso e o gerenciamento da informação. Os metadados possibilitam a representação da informação, viabilizam a interoperabilidade entre repositórios, favorecem a acessibilidade e preservam os recursos informacionais.

Nos repositórios, segundo Leite (2009 p. 62), os metadados contribuem para que os recursos de informação possam ser recuperados por critérios de relevância, para significação dos dados, para identificar e relacionar recursos similares, para distinguir as informações diferenciadas e para a busca e recuperação de informações.

Existem vários padrões de campos de metadados para descrever fontes e recursos de interoperabilidade no ambiente digital, como Dublin Core, Electronic Thesis and Dissertations Metadata Standard (ETDMS), Learning Object Metadata (LOM), Metadata Encoding and Transmission Standard (METS), Metadata Object Description Schema (MODS) e o Padrão Brasileiro de Metadados para Descrição de Teses e Dissertações (MTD-BR), entre outros, cada qual com as suas funcionalidades e especificidades.

O depósito de obras no PACT&I segue o padrão de metadados Dublin Core (2019), previamente criados para descrição dos documentos. São eles: título, autor, palavras-chave, data do documento, editor, resumo, citação, descrição, URI e ISBN. Essa pesquisa tem a pretensão de

deixar indicado, como sugestão, o preenchimento de campos que identificam quando uma publicação é oficial, como o dc.publisher (editor) e dc.description.sponsorship (patrocínio). Acredita-se que com essas informações a recuperação e a interoperabilidade com outros sistemas que disponibilizam publicações oficiais poderão ser mais efetivas.

4 Metodologia

A pesquisa busca investigar a participação da Rede de Bibliotecas dos Institutos de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (RBP) no Portal do Livro Aberto. É de natureza qualitativa, pois de acordo com Merriam (2002), “o processo [da pesquisa qualitativa] é indutivo; isto é, os pesquisadores reúnem dados para construir conceitos, hipóteses ou teorias, em vez de derivar dedutivamente postulados ou hipóteses a serem testadas (4)” (p. 5), reforçado pela necessidade de detalhamento do contexto pesquisado, já que “o produto de uma investigação qualitativa é ricamente descritivo [...] É provável que haja descrições do contexto (5)” (p. 5). É também de natureza quantitativa, pois fará uso de “representação numérica e manipulação de observações com o objetivo de descrever e explicando os fenômenos que essas observações refletem (6) (Sukamolson 2007 p. 2).”

Tem caráter descritivo, pois exigiu das pesquisadoras uma série de informações para descrever os fatos e fenômenos da realidade das unidades de informação da RBP no que se refere aos repositórios digitais, como: (i) quais dessas instituições depositam obras no PLACT&I, (ii) quais têm repositório digital, (iii) quais estão em processo de implantação de repositório digital, (iv) quais têm a intenção de implantar um repositório digital com as orientações do Ibict e (v) quais têm bibliotecas digitais. Com essas informações será possível conhecer o perfil das instituições em relação a esse tipo de sistema de informação, e considerando que o Portal do Livro Aberto é um repositório digital, o Ibict terá os insumos para vislumbrar uma estratégia de coleta, incremento e armazenamento de publicações oficiais da RBP no Portal, aumentando o povoamento da base de dados das publicações oficiais de ciência e tecnologia do Ibict e levantando a perspectiva de torná-lo portal agregador, que dispensa a entrada de dados manual.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foi uma pesquisa de campo, caracterizada pela coleta de dados junto aos responsáveis pelas unidades de informação da RBP. O método de coleta utilizado foi o questionário estruturado, enviado por correio eletrônico, composto por 6 questões fechadas de múltipla escolha e construído a partir de consulta informal prévia à RBP sobre o tema. O período da coleta foi de 1 de outubro de 2019 a 31 de julho de 2020. A pesquisa se concentrou na identificação de Bibliotecas Digitais e Repositórios Digitais disponibilizados pela RBP tendo em vista que são os artefatos tecnológicos mais utilizados pelas instituições de pesquisa e desenvolvimento para organização da informação em ambiente digital, tendo em vista que “proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição” (IBICT 2018). Em complemento às informações obtidas, os portais institucionais também foram consultados.

À propósito do público-alvo da pesquisa, cabe trazer que o MCTI criou a Rede de Bibliotecas dos Institutos de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (RBP), sob coordenação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, com objetivo de ampliar os esforços em direção ao acesso e disseminação do conhecimento científico e tecnológico nacional, em 2009. Até o momento, a RBP realizou diversas ações, como seminários temáticos, treinamentos para os membros da Rede, reuniões técnicas e compartilhamento de experiências entre as unidades de informação. (IBICT 2020).

Alvares et al (2015) lembram que a primeira reunião da RBP aconteceu em 2009, na sede do MCTI, com o objetivo de iniciar uma ação para aquisição unificada de periódicos científicos. O segundo encontro aconteceu na sede do Ibict, no Rio de Janeiro, com a presença de 35 pessoas para discutir uma ambiciosa agenda, que listava aquisição unificada de periódicos, acesso ao portal de periódicos da Capes, utilização da Divulgação Seletiva Serviço de Informações (Sonar) da CNEN e elementos estruturantes e de qualidade de repositórios institucionais. Passada mais de uma década desde sua criação, o desafio agora é a implantação do Catálogo Integrado da Rede, um sistema que possibilita ao usuário acesso aos acervos de todas as bibliotecas dos institutos de pesquisa do MCTI, a partir de uma interface única, ampliando a visibilidade da ciência e tecnologia no País.

5 Resultados e Discussões

Das 16 instituições consultadas que constituem a RBP, nove (56,25%) responderam ao questionário enviado. Não é possível afirmar a causa de tão baixo retorno, mas o momento de isolamento social devido a COVID-19 certamente influenciou nesse resultado.

Das nove respondentes, seis possuem repositórios institucionais, três estão em fase de implantação, três estão em processo de planejamento e sete possuem bibliotecas digitais, conforme mostra o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Conjuntura dos repositórios e bibliotecas digitais na RBP

Instituição	Repositório Institucional Disponível	Repositório Institucional em Implantação	Repositório Institucional em Planejamento	Biblioteca Digital Disponível
CBPF	Sim			Sim
CETEM	Sim			Não
CETENE	Não	Sim	Sim	Sim
CNEN	Não	Sim	Sim	Sim
IBICT	Sim			Sim
INPA	Sim			Sim
INPE	Sim			Sim
LNCC	Não	Sim	Sim	Sim
MPEG	Sim			Não

Fonte: Dados da pesquisa

Aqui vale a distinção que Leite (2009, p. 21) faz em relação a repositório e bibliotecas digitais: [...] “todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital, mas nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional.” Para esta pesquisa, cabe reforçar que os repositórios institucionais são organizados para dar acesso às publicações da própria instituição e que estão no contexto do movimento de acesso aberto à informação científica, ao contrário das bibliotecas digitais que contemplam documentos de diversas fontes e devem respeitar a condição de acesso estabelecida no documento referenciado.

O Quadro 2 mostra que o CBPF, IBICT, INPA e INPE tem repositório digital e biblioteca digital, constatando a organização da informação tanto no que se refere à produção intelectual de Alvares, Lillian, et al. “Visibilidade e acesso às publicações oficiais brasileiras no Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação”. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02116, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02116

autoria da instituição ou de seus integrantes (pelo repositório), quanto de autoria externa, de interesse da instituição ou de seus integrantes (pela biblioteca). A situação sugere que as instituições acompanham o desenvolvimento tecnológico da biblioteconomia e possuem políticas institucionais (formais ou informais) alinhadas com a necessidade de tratamento adequado da informação. Como consequência dessas competências para o Portal do Livro Aberto, pode-se concluir que as instituições estão preparadas para o depósito de suas publicações oficiais tanto no que se refere à tecnologia, quanto no que se refere à sensibilização para a organização bibliográfica dessa tipologia de obra.

Por outro lado, CETENE, CNEN e LNCC tem bibliotecas digitais, mas encontram-se em fase de planejamento e implantação do repositório institucional, o que sugere que estão, possivelmente, no aprendizado de como lidar com esses sistemas de informação. A condição para participação no Portal do Livro Aberto aponta na direção da necessidade de treinamento para o depósito das publicações oficiais e sensibilização sobre a importância da manutenção do núcleo dinâmico do Portal. O CETEM e o MPEG, por sua vez, dedicaram-se à construção do repositório institucional, mas não investiram na organização da biblioteca digital, o que sugere que dominam padrões de uso e tecnologias para lidar com repositórios digitais, incluindo o Portal do Livro Aberto. No entanto, é possível que os esforços das referidas instituições serão em direção à implantação da biblioteca digital, que atenda de imediato às necessidades da instituição e de seus integrantes.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos 421 documentos da Comunidade de CT&I nas Subcomunidades.

Tabela 1- Quantidade de documentos no PLACT&I até 31 de julho de 2020

Subcomunidade	Documentos
Aeroespacial	1
Biodiversidade	74
Biotecnologia	2
Complexo Industrial da defesa	7
Energia	37
Fármacos e complexo industrial da saúde	129
Gestão da Informação em C&T	72
Inclusão produtiva e tecnologia social	11
Mudanças climáticas	14
Nanotecnologia	6
Nuclear	1
Oceanos e zonas costeiras	2
Petróleo e gás	4
Popularização da CT&I e melhoria do ensino de ciências	10
Tecnologia da Informação e Comunicação	34
Tecnologias assistivas	6
Tecnologias para cidades sustentáveis	11
Total	421

Fonte: Dados da pesquisa

A análise da Tabela 1 mostra que 31% dos documentos pertencem à subcomunidade de fármacos e complexo industrial da saúde, que não é um tema específico da RBP. Essa informação sugere que o Portal do Livro Aberto tem uso mais pronunciado pelo Ministério da Saúde (responsável pelo depósito) do que o próprio MCTI. No outro extremo, com 1 documento, estão as subcomunidades aeroespacial e nuclear, ambas temáticas da RBP, por parte do INPE e da CNEN. Isso sugere que ainda há um grande desafio para a RBP cooperar com a evolução desse repositório digital.

A Tabela 2 apresenta o número de visitas ao PLACT&I na comunidade e subcomunidades de CT&I.

Tabela 2- Quantidade de visitas no PLACT&I até 31 de julho de 2020

Comunidade e Subcomunidades	Visitas
COMUNIDADE: Ciência Tecnologia e Inovação	7.242
SUBCOMUNIDADES	
Aeroespacial	1.761
Biodiversidade (Fomento de Economia Verde)	4.442
Biotecnologia (Fronteiras para Inovação)	2.181
Complexo Industrial da Defesa	1.722
Energia (Fomento de economia verde)	3.130
Fármacos e complexo industrial da saúde	4.504
Gestão da Informação em C&T	4.915
Inclusão produtiva e Tecnologia social	2.286
Mudanças climáticas (Fomento de Economia verde)	2.220
Nanotecnologia (Fronteiras para Inovação)	2.137
Nuclear	1.416
Oceanos e zonas costeiras (Fomento de Economia verde)	1.604
Petróleo e gás	2.072
Popularização da CT&I e melhoria do ensino de Ciências	14.993
Tecnologia da Informação e Comunicação TICs	4.943
Tecnologias Assistivas	1.870
Tecnologia para cidades sustentáveis	2.963
Total das subcomunidades	59.159
Total	66.401

Fonte: Dados da pesquisa

O quantitativo de pouco mais de 66.000 acessos em dez meses (janeiro a outubro de 2019) indica um baixo volume de visitas, menos de 7.000 por mês, aproximadamente. Só a título comparativo, uma consulta ao *Google Analytics* (7) mostra que Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Ibiict, teve apenas no mês de julho de 2020 (8) (fim do período de coleta de dados desta pesquisa) 358.622 visitas em um mesmo período de 30 dias.

O documento mais antigo do Portal é de 1957, intitulado “O IBBD e os serviços que pode prestar” de autoria de Lydia de Queiroz Sambaquy disponível na Subcomunidades Gestão da Informação em C&T e o mais recente é de 2015 “Livro vermelho das crianças” de autoria de Otávio Borges Maia e Tino Freitas disponível na Subcomunidade Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências. Essa informação leva a seguinte consideração: a despeito da data de depósito ser atual, ainda não alcançou as publicações oficiais mais atuais, o último é de mais de

Alvares, Lillian, et al. “Visibilidade e acesso às publicações oficiais brasileiras no Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação”. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02116, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02116

5 anos atrás. Tal situação sugere que duas situações podem estar subjacentes a esse cenário: primeiro, a biblioteca não recebe as publicações oficiais mais recentes e, portanto, o depósito no Portal reflete o perfil da coleção. Segundo a entrada de dados no Portal não acontece continuamente como esperado e sim ocasionalmente e assistematicamente, sem compromisso de atualização com a coleção da instituição.

A pesquisa avançou para a identificação das áreas de atuação de cada uma das 16 instituições participantes do estudo, com objetivo de verificar se as Subcomunidades de CT&I do PLACT&I atendem à taxonomia utilizada pelas instituições.

Quadro 3 – Áreas de atuação da RBP

Instituição	Áreas de Atuação
CBPF	energia nuclear e tecnologias convergentes e habilitadoras
CETEM	água, minerais estratégicos, tecnologias convergentes e habilitadoras
CETENE	biomas e bioeconomia, energia
CNEN	energia nuclear
CTI	microeletrônica, robótica e visão computacional, governo digital, indústria 4.0, saúde avançada
IBICT	ciências da informação
INPA	biomas e bioeconomia
INPE	aeroespacial e defesa, água, clima
INSA	desertificação, recursos hídricos, sistemas produtivos (animais e vegetais) e solos
INT	tecnologias de gestão da produção
LNA	astrofísica e astronomia observacional
LNCC	ciência da computação, matemática aplicada, bioinformática, sistemas, controles e sinais
MAST	história da ciência, museologia e preservação de acervos de ciência e tecnologia
MPEG	bioma e bioeconomia
ON	astronomia, geofísica e metrologia em tempo e frequência
RNP	monitoramento de redes, videoconferência, gestão de identidade

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar que a estrutura da comunidade e das subcomunidades baseadas na ENCT é suficiente para abrigar os 777 (9) assuntos associados aos documentos depositados. As duas palavras-chave mais utilizadas são Sistema Nacional de Saúde (53) e Sistema Único de Saúde (45) o que corresponde ao fato de ser a Subcomunidade Fármacos e Complexo Industrial da Saúde a que possui mais publicações (129). A palavra-chave Biodiversidade (32) está em terceiro lugar, o

Alvares, Lillian, et al. “Visibilidade e acesso às publicações oficiais brasileiras no Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação”. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02116, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02116

que pode ser explicado pelo fato de que muitos institutos de pesquisa do MCTI tratam do tema, como Cetene, Inpa, Inpe, Insa e Mpeg, por exemplo.

6 Considerações Finais

O Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação é uma iniciativa que merece atenção da Administração Pública brasileira, em especial das instituições do segmento científico e tecnológico. Apesar do histórico problema da falta de visibilidade deste tipo de literatura cinzenta, a plataforma proporciona acesso e promove visibilidade das publicações geradas por institutos de pesquisa, de gestão e de fomento da ciência brasileira. Sua implantação a partir de tecnologias de acesso aberto alcançou, efetivamente, ser uma opção para organização e disseminação das publicações oficiais brasileiras.

Esta investigação examinou o alinhamento da Rede de Bibliotecas dos Institutos de Pesquisa vinculados ao MCTI ao Portal do Livro Aberto e concluiu que os desafios ainda são expressivos. Durante o período de janeiro a outubro de 2019 o número de acesso ao portal não foi significativo, totalizou apenas 7.242 visitas nas 421 publicações oficiais da Comunidade Ciência Tecnologia e Inovação.

A estrutura da Comunidade CT&I, maneira como o repositório foi organizado nas subcomunidades, atende a taxonomia utilizada pelas instituições, o que demonstra que a decisão de seguir os eixos temáticos da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia de 2012-2015 foi acertada e se ajusta aos novos eixos da ENCT 2016-2022.

Das instituições que responderam ao questionário, apenas o CBPF, IBICT, INPA e INPE tem repositório digital e biblioteca digital, o que sugere que possuem as competências necessárias para colaborar com o Portal do Livro Aberto. Por outro lado, CETENE, CNEN e LNCC não possuem repositórios digitais, o que sugere necessidade de treinamento para o depósito das publicações oficiais e sensibilização sobre a importância da manutenção do núcleo dinâmico do Portal. Já o CETEM e o MPEG possuem repositórios digitais, mas ainda estão no esforço para construção da biblioteca digital. Essa situação sugere que é improvável que tenham perspectiva de se dedicar também ao Portal do Livro Aberto.

As respostas recebidas serão analisadas vis-à-vis às questões internas do Ibict no que se refere a estratégias para intensificar a participação da RBP no depósito de suas publicações oficiais no repositório em tela. Além desse aspecto, os resultados serão a base para verificar a necessidade de adequação das comunidades e subcomunidades e para análise da possibilidade de coleta automática dos metadados nos respectivos repositórios institucionais, transformando o PLACT&I efetivamente em um portal agregador de conteúdo.

Notes

- (1) A Rede MCTI é formada pelas seguintes instituições: Agência Espacial Brasileira (AEB), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemadem), Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (Cnpem), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Emprapii), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), Instituto Nacional da Mata Atlântica (Inma), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg), Observatório Nacional (ON) e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).
- (2) “Êsse é o destino melancólico de quase toda publicação oficial entre nós: nasce e morre quase desconhecida do grande público. [...] De qualquer modo, incumbe aos responsáveis pela divulgação das publicações oficiais defendê-las melhor do que as defendem hoje, dos seus inimigos” (Freyre 1951 p.10).
- (3) O Portal está disponível na URL <<https://livroaberto.Ibict.br/>>
- (4) *Qualitative research is that the process is inductive; that is, researchers gather data to build concepts, hypotheses, or theories rather than deductively deriving postulates or hypotheses to be tested.*
- (5) *The product of a qualitative inquiry is richly descriptive. [...] There are likely to be descriptions of the context.*
- (6) *Numerical representation and manipulation of observations for the purpose of describing and explaining the phenomena that those observations reflect.*
- (7) Consulta realizada no dia 3 de março de 2021.
- (8) 1 a 30 de julho de 2020.
- (9) Os assuntos podem ser consultados diretamente no Portal (<https://livroaberto.ibict.br>)

Referências

- Alvarenga, Lídia. “Definição de publicações oficiais”. *R. Esc. Bibliotecon UFMG*, vol. 22, no. 2, 1993, p. 213–238, brapci.inf.br/index.php/res/v/76800. Acessado 04 mar. 2021.
- Alvares, Lillian Maria Araujo de Rezende, et al., *Proceedings of the 81st Ifla General Conference and Assembly (Ifla World Library and Information Congress): Cape Town, South Africa, International Federation of Library Associations and Institutions, 2015*, library.ifla.org/1233/1/141-alvares-en.pdf. Acessado 04 mar. 2021.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). *NBR13031: apresentação de publicações oficiais*. Editora ABNT, 1993.
- Associação Dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF). *Editoração de publicações oficiais*. Brasília, 1987. 248 p.
- Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015: balanço das atividades estruturantes*. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2012, livroaberto.ibict.br/218981.pdf. Acessado 04 mar. 2021.
- Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 – 2022: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social*. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2017, http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf. Acessado 04 mar. 2021.
- Brasil. Presidência da República. *Publicações oficiais brasileiras: guia para editoração*. Brasília: Presidência da República, 220 p., 2010.
- Costa, Michelli Pereira da. *Guia para o depósito de conteúdo no Portal do Livro Aberto*. Editora Ibict, 11 p., 2011, livroaberto.ibict.br/Guia%20para%20o%20deposito.pdf. Acessado 04 mar. 2021.
- Dublin Core Metadata Initiative (DCMI). *User guide*. S/L: ASIS&T, 2019, www.dublincore.org/resources/userguide/. Acessado 13 dez. 2019.
- Fonseca, Edson Nery da. “Panorama da bibliografia brasileira corrente”. *Handbook of Latin American Studies*, Gainesville, vol. 23, 1961, p. 401-406, lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/D?hlsretro:34:./temp/~hls_Z3XH:./@/@mdb=hlsbib,hlsretro. Acessado 04 mar. 2021.

- Freyre, Gilberto. “Publicações oficiais, essas desconhecidas”. *O Cruzeiro*, 31 mar. 1951, p. 10. (edição 0024), memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=75009. Acessado 02 mar. 2021.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *DSpace: manual para gerenciamento em repositórios digitais criados no DSpace*. IBICT, 2016. 132 p.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *Repositórios Digitais*. IBICT, 2018, ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais. Acessado 20 jul. 2021.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *Sobre o Portal do Livro Aberto*. IBICT, 2019, livroaberto.Ibict.br/Sobre.jsp. Acessado 04 mar. 2021.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *Sobre a RBP*. IBICT, 2020, rbp.ibict.br/sobre-a-rbp.html. Acessado 04 mar. 2021.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *Ibict wiki: comunidades, coleções e itens*. IBICT, 2021, wiki.ibict.br/index.php/Comunidades,Cole%C3%A7%C3%B5es_e_Itens. Acessado 03 mar. 2021.
- Leite, Fernando César Lima. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto*. IBICT, 2009. 120p., livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf. Acessado 03 mar. 2021.
- Merriam, Sharan. B. *Introduction to qualitative research*. John Wiley and Sons, 2002, stu.westga.edu/~bthibau1/MEDT%208484-%20Baylen/introduction_to_qualitative_research/introduction_to_qualitative_research.pdf. Acessado 03 mar. 2021.
- Rocha, Juracy Feitosa. “Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado”. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol. 2, no. 1, 1974, p. 01-14, periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28596. Acessado 04 mar. 2021.
- Santos, Cristian José Oliveira, et al., *Anais do 25º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação da Febab*. Florianópolis: Febab, 2013, portal.febab.org.br/anais/article/view/1391. Acessado 04 mar. 2021.
- Sukamolson, Suphat. *Fundamentals of quantitative research*. Language Institute/Chulalongkorn University, 2007, www.academia.edu/5847530/Fundamentals_of_quantitative_research. Acessado 04 mar. 2021.
- Vergueiro, Waldomiro. “Publicações governamentais.” *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Org by Bernadete Santos Campello, Beatriz Valadares Cedón, e Jeannette
-
- Alvares, Lillian, et al. “Visibilidade e acesso às publicações oficiais brasileiras no Portal do Livro Aberto em Ciência, Tecnologia e Inovação”. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*, vol.15, publicação contínua, 2021, e02116, DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02116

Marguerite Kremer. Editora UFMG, 2000. pp 111-120, biblio-
2008.webnode.com.br/_files/200000040-
76a3b771d5/fontes_de_informacao_para_pesquisadores_e_profissionais_parte_001.pdf. Acessado
04 mar. 2021

Copyright: © 2021 Alvares, Lillian, Nahuz, Luciana dos Santos, Ribeiro, Danielly dos Santos. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Recived: 12/05/2021

Acepted: 22/07/2021